

E o Bolsa Família na pandemia?¹

Ms. Guilherme de Matos Floriano (FCLAr/UNESP)²

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; híbrido; COVID-19.

Introdução e metodologia de pesquisa

Esta pesquisa propõe a aplicação da Teoria do Ator Rede no caso do Programa Bolsa Família no município de Araraquara-SP. O principal objetivo é seguir os atores envolvidos no PBF e delinear a rede que forma o programa – sejam estes atores humanos ou não-humanos. Assim, objetiva-se pensar o PBF a partir de uma cartografia de seus atores e *actantes*.

O Bolsa Família propulsiona em certa medida um movimento maior no país: a criação de uma política nacional de assistência social, como nunca havia existido, com locais físicos de referência e atendimento – os Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) – que, mais uma vez, constituem relações com as famílias – logo, do Estado com as famílias (FLORIANO, 2020). Nesse sentido, os CRAS se constituem enquanto lócus privilegiados para o estudo da assistência social no Brasil, tanto quanto a própria Secretara Municipal de Assistência Social (SMADS), pois nela também acontecem diversos atendimentos iguais aos do CRAS e nela é onde se localiza o Gestor Municipal do Cadastro Único, portanto, configura-se enquanto um local para importante apreensão das ações dos atores não-humanos também.

Ressalta-se que a escolha pelo município de Araraquara, localizado no interior de São Paulo, se dá pelo mesmo motivo que na pesquisa precedente a esta: trata-se de uma cidade com aproximadamente 228 mil habitantes³ e com uma estrutura de 10 CRAS e uma SMADS prestando atendimentos à população – ao passo que outros municípios, como Ribeirão Preto, que possui três vezes o tamanho de Araraquara apresenta apenas 4 CRAS.⁴

Além dos CRAS, cumpre destacar a importância da SMADS, uma vez que nela estão envolvidos bancos de dados, programas informatizados, verbas, funcionários,

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² Bolsista CAPES. Doutorando em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara (FCLAr/UNESP). guilherme.mfloriano@hotmail.com

³ <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350320&search=sao-paulo/araraquara> Acesso em 13/06/17.

⁴ <http://www.seuplaneta.com.br/Araraquara/2012/10/araraquara-tem-quatros-cras-a-mais-que-o-previsto.html> Acesso em 16/05/2016. Na época da notícia, Araraquara contava com oito CRAS tendo sido criados mais dois nos últimos anos.

informações, entre diversos outros agentes que são importantes para um mapeamento via TAR do Bolsa Família. É por isso que este espaço será essencial no mapeamento proposto.

Como vimos, na medida em que o PBF é dotado de agência, ele constitui um espaço social específico – uma rede sociotécnica – que mobiliza categorias e gera alterações e impactos na sociedade. Perceber o PBF enquanto um híbrido, portanto, é chave. Híbridos, para Latour (2013), são o que os cientistas continuam por proliferar mesmo acreditando fazer a separação da ciência com a natureza e até mesmo com a política. E como negar que uma política pública de transferência de renda seja um híbrido? Ela o é, pois, é um quase-objeto na medida em que é um quase-sujeito. Também o é na medida em que é fato, discurso e poder. Assim, o que cumpre é buscar a análise do PBF enquanto uma rede latouriana, ao mesmo tempo em que – e por isso mesmo – percebê-lo enquanto um híbrido.

Rede aqui é compreendida como o que nos auxilia a descrever sem que se repartam os discursos, de modo que, segundo Latour (2012), um bom texto atualiza a rede de atores traçando relações e, para que se entenda uma rede, deve-se olhar para os atores (LATOURE 2002; 2006; 2012). Muitas dúvidas podem aparecer neste sentido, mas uma vez que grande parte dos trabalhos sobre PBF abordam-no em partes (repartindo os discursos), buscou-se apreender como funciona o programa na prática, sobretudo como os atores se envolvem dentro do espaço de operacionalização desta política.

Compreender de fato o PBF só será possível através de um olhar que privilegie tudo o que está envolvido nesta política pública. Não podemos, de acordo com a proposição de Anjos (2005), separar a dimensão analítica do fazer científico, de um lado, do empreendimento “nativo”, do outro.

O que se coloca, a partir disso, é que perceber o PBF de tal maneira é condição para a compreensão mais ampla do programa por permitir apreender as perspectivas dos diferentes atores envolvidos. Acompanhar o programa em sua rede nos permitirá perceber os fenômenos sociais, econômicos, culturais, etc. que o constituem em sua magnitude; paralelamente, percebê-lo enquanto um encontro entre beneficiários e o Estado – constituindo tal rede também – permitirá compreender como se dão tais disputas pelos significados mobilizadas no interior da efetivação do PBF.

É híbrido. É rede, conforme passa pela ciência, pela sociedade e pelo discurso – real, coletiva e discursiva (LATOURE, 2013). É social, portanto, nos termos de Latour (2012) que, por sua vez, é social para Tarde (2011): uma série de associações entre

elementos heterogêneos, além dos próprios humanos. O PBF foi uma das principais políticas sociais dos governos petistas, um dos carros-chefes do início do governo Lula após as readequações efetuadas no Fome Zero (ROCHA, 2013). Isto posto, foi o PBF um dos principais propulsores do Sistema Único de Assistência Social e dos CRAS. Cadernos de preenchimento, computadores, arquivos, prédios dos CRAS e SMADS, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, gestores, informações, cartões, dinheiro, etc. Estes são alguns dos atores que constituem o programa. Desta feita, neste estudo, o Bolsa Família é social por reunir inúmeros elementos humanos e não-humanos constituindo uma associação, uma composição que cumpre uma aliança que está sempre em atualização (LATOURE, 2014).

Tomando como premissa a ideia de que agregados sociais precisam ser explicados e não tomados como explicação (LATOURE, 2012), o social é composto por um princípio de conexões, e retoma, assim, a noção de Gabriel Tarde (2011). Não é o todo, mas uma parte (LATOURE, 2002), é um composto de associações de elementos heterogêneas, um fluido em circulação, portanto, a divisão entre política e ciência, bem como entre cultura e natureza, não se sustenta (LATOURE, 2013) – tudo é sociedade, tudo são fatos sociais (TARDE, 2007). Não existe “esfera da política” e “esfera da ciência”. Tudo isto, que habitualmente separamos por estes termos, são, para Latour (2016), cosmogramas que devemos descrever – que é o que exatamente buscamos.

Como levar a cabo tal pesquisa em um cenário de pandemia mundial? Como notamos pelos próprios estudos da TAR apontados aqui e pelos próprios desenvolvimentos teóricos de Bruno Latour (2012; 2013; 2016), o mapeamento de atores foi conduzido remotamente, por meio de entrevistas com agentes humanos que operam o PBF “na ponta”. Assim, mapeamos o programa através de discursos, conduzidos por entrevistas livres e semi-estruturadas que visaram encontrar tantos rastros de atores quanto fossem possíveis.

O que se nota, como se verá, é que o PBF esteve praticamente paralisado durante todo o ano de 2020 por conta de decisões governamentais tomadas durante a pandemia. Suas condicionalidades de saúde e educação foram suspensas já que as escolas estiveram fechadas e sem formas de controlar as “presenças” dos alunos. No caso da saúde, os postos públicos não ficaram fechados, pois têm sido extremamente necessários para o atendimento da população, entretanto o acompanhamento das condicionalidades de saúde por parte dos gestores – federais – do PBF não foi feito durante todo o ano de 2020.

E por conta disso o programa deixou de existir? De forma alguma. Suas cifras continuam a existir e a renda não deixou de ser transferida durante a pandemia. O que se viu foi um surgimento de outros dois atores importantes neste mesmo contexto: o auxílio emergencial e o Bolsa Cidadania.

O auxílio emergencial foi uma medida de urgência do próprio governo federal que buscou transferir rendas entre R\$600 e R\$1.200 para os microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados que necessitassem desta renda durante a pandemia. Nos meses finais de 2020 estes valores diminuíram pela metade. Um mapeamento mais minucioso estará contido no interior desta pesquisa.

Seguindo os quatro passos de uma pesquisa orientada pela TAR, como proposto por Latour (2012), os movimentos que aqui se concretizam são os seguintes: em primeiro lugar, devemos procurar por uma porta de entrada para esta rede, que nos permita seguir os movimentos dos atores; em segundo lugar, devemos identificar os porta-vozes (atores humanos que falam pelas instituições) e outros elementos, ou seja, outros atores não-humanos que nos permitam perceber a amplitude da rede, que possam também ampliar a rede que se conhece até então; em terceiro lugar, devemos acessar dispositivos que possibilitem que o fenômeno em questão seja mensurado, objetivado, como as próprias gravações audiovisuais e de áudio, textos citados e até mesmo o diário de campo; por fim, cumpre-se o mapeamento per se, buscando descrever com o máximo de informações as múltiplas relações, traduções e articulações no interior da rede.

Para concluir esta introdução, cumpre salientar outro arcabouço teórico que nos auxilia na utilização de textos de jornais como campo etnográfico

[...] Trata-se de uma técnica bastante utilizada pelos antropólogos, parecendo ganhar maiores cuidados e aplicabilidade justamente entre aqueles cuja situação de pesquisa impede a observação participante nos moldes de um trabalho de campo. Exatamente por essa razão, tenho a impressão de que a entrevista assume, muitas vezes, o papel de simular o “trabalho de campo”, ou seja, permite obter uma “informação” de natureza igual àquela que seria registrada pela observação participante. Penso, ao contrário, que é imprescindível bem distinguir os dois procedimentos, uma vez que a observação participante obriga a situar os dizeres em relação a “comportamentos integrais” (a expressão, lembro, é de Malinowski), enquanto a entrevista consiste em buscar a tradução de comportamentos em palavras. Nesse sentido, a análise de registros textuais considerados em seus efeitos sociais tem um parentesco com a lógica da observação participante maior do que aquele que existe entre esta e a entrevista. Se na observação participante, o pesquisador deve deixar seus “nativos” falarem, no uso de fontes textuais ele deve lidar

com o que já foi dito. Nada disso invalida o recurso a entrevistas; afinal, há situações em que é fundamental fazer certas personagens falarem, assim como é imprescindível fazer emergir vozes que, de outro modo, permaneceriam submersas. O que considero importante é pensar adequadamente a relação entre entrevista e trabalho de campo e não deixar de incluir nessa reflexão o lugar das fontes textuais. (GIUMBELLI, 2002, p. 102)

Levado em conta estas colocações e, sobretudo, o contexto em que nos encontramos, os textos jornalísticos se constituem enquanto importantes vozes que podemos apreender enquanto, também, um campo. O auxílio emergencial, por exemplo, não é um ator que conseguimos mapear profundamente no município, pois boa parte de sua rede se localiza em Brasília, sob responsabilidade do Governo Federal. Entretanto, ele se constitui enquanto um agente de extrema importância para a rede do PBF neste momento e exatamente por este motivo os textos jornalísticos são vozes importantes para que o mapeamento/cartografia aqui proposto seja cumprido.

O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família, caracteriza-se enquanto uma política de transferência direta de renda para aquelas famílias consideradas em condição de pobreza ou extrema pobreza. Os recortes de renda utilizados para caracterizar as famílias nestas condições são: renda per capita até R\$89 são considerados em situação de extrema pobreza; renda per capita entre R\$89,01 e R\$178 são considerados em condição de pobreza. Este é o público alvo do PBF, cujos benefícios transferidos são variáveis de acordo com a renda e a composição familiar.

Ou seja, uma família que esteja em condição de extrema pobreza e tenha cinco crianças e dois adolescentes poderá receber o equivalente a R\$390 mensais de Bolsa Família – salienta-se que o valor médio do PBF no Brasil é em torno de R\$192 . Mas e se esta família for ainda maior, contando com mais adultos e mais jovens acima de 17 anos e, mesmo com este valor, não ultrapasse a renda per capita de R\$89? Neste caso existe um benefício para superação da extrema pobreza que é calculado caso a caso conforme a realidade de cada família. Assim, complementa-se o benefício até que a renda per capita ultrapasse os R\$89.

Para que as famílias possam receber estes benefícios, entretanto, existem condições a serem seguidas, as chamadas condicionalidades. Por exemplo, as crianças em

idade escolar – de seis a quinze anos – devem ter frequência escolar de, no mínimo, 85% e aquelas entre dezesseis e dezessete anos de, no mínimo, 75%; as gestantes devem acompanhar a saúde do bebê, devem realizar o exame de pré-natal, devem vacinar seus bebês quando nascidos, as mulheres de até 44 anos devem, também, acompanharem suas saúdes no posto de saúde; e o cadastro único deve ser atualizado sempre que houver uma mudança na composição familiar, no endereço, na situação financeira ou, no máximo, a cada dois anos.

Pelo fato de o Bolsa Família – e de toda a política de assistência social – propor uma articulação intersetorial, existe também uma relação entre os CRAS e a SMADS com as escolas municipais e estaduais, os postos de saúde e as secretarias municipais de educação e saúde. O bairro que tem CRAS tem uma relação mais próxima com a escola, porque toda a população beneficiária atendida por aquele CRAS está no bairro. E o mesmo vale para a saúde. Segundo o gestor do Cadastro Único de Araraquara, as escolas municipais têm um bom diálogo com a assistência social, segundo Fábio Guzzi (2021), Gerente do Cadastro Único: “acho até que poderia ser melhor, ter mais reuniões, mais discussões, mas assim em termos de alguma necessidade [...]” (informação verbal) . Já com relação à saúde, os postos de bairros e a própria Secretaria Municipal de Saúde (SMS), apresentam uma proximidade maior, com mais reuniões periódicas, de acordo com Guzzi (informação verbal) .

Há uma dificuldade no contato com as escolas estaduais. Estas apresentam uma resistência maior, muitas reuniões são marcadas e profissionais das escolas estaduais não aparecem, quando a assistência vai à escola, o diálogo é feito, mas muitas vezes com bastante dificuldade e se perpetua para além daquela situação específica. Algumas pessoas dentro das escolas estaduais se prontificam, mas a instituição é assim, de acordo com Fábio (informação verbal) . Na Secretaria Municipal de Educação (SME) há uma pessoa responsável pela interlocução da educação com o Cadastro Único. Esta pessoa verifica os informes enviados pelo Cadastro Único e dialoga com as direções das escolas, agenda reuniões entre as escolas e os CRAS, o que permite um contato mais próximo entre CRAS e escolas municipais – e não se repete o mesmo cenário com as escolas estaduais.

No que se refere aos preenchimentos das faltas dos alunos dentro destas escolas, que serão cruzadas com o SigPBF (programa próprio do Bolsa Família para acompanhamento de condicionalidades) para averiguação do descumprimento de condicionalidades, todas escolas pegam as listas de alunos beneficiários do PBF a cada

dois meses e passam estas listas para os professores registrarem as frequências destes alunos e enviam formulários preenchidos para Secretaria Municipal de Educação. Em uma escola de Araraquara, essas percentagens são calculadas pelos professores de matemática e português, pois como estes dão aulas quase todos os dias da semana para seus alunos – são as duas matérias com mais aulas na semana – o trabalho da escola fica menos burocratizado, segundo atores acompanhados do local. Depois destas frequências serem preenchidas no papel, um funcionário da administração da escola responsável por esta lista verifica todas as informações, assina-a e transmite à direção da escola, que também a assina e envia para a SME.

Na SME, uma pessoa ou uma equipe, digita as percentagens de frequência escolar das crianças que fazem parte de famílias beneficiárias do PBF no sistema Educação. Tanto este preenchimento do formulário feito pelas escolas quanto o preenchimento no Sistema Educação e a posterior averiguação por parte do governo é feita bimestralmente. Esta digitação no Sistema Educação entra direto no SigPBF e, assim, a SMADS consegue verificar quais beneficiários estão em descumprimento das condicionalidades e transmitir estas listas aos CRAS, que deverão fazer busca ativa e acompanhar as famílias que podem apresentar situações de maiores vulnerabilidades.

Ambos os sistemas – o Sistema Educação e o Sistema Saúde – são separados dos sistemas da Assistência Social. Não há acesso a eles por parte do gestor do Cadastro Único, todo o preenchimento é feito por funcionários específicos das escolas, postos de saúde e secretarias municipais e, depois de digitados, estes dados chegam diretamente aos Ministério da Educação, Ministério da Saúde e, portanto, ao Governo Federal. Em Brasília, estes dados são cruzados pelo Ministério da Cidadania via SICON – localizado dentro do SigPBF – e as advertências, bloqueios e cancelamentos são feitos.

Estes efeitos nos benefícios são verificados pelos gestores municipais da SMADS, que repassam estas listas com efeitos para os CRAS que devem, assim, fazer os acompanhamentos destas famílias, visitas e buscas ativas para identificar por que as condicionalidades foram descumpridas. Esta é uma forma do CRAS se localizar mais próximo às famílias e garantir que as vulnerabilidades não se acentuem, para que as famílias não necessitem dos serviços da proteção social especial.

São três os principais programas utilizados pelo PBF: Cadastro Único, SIGPBF e SIBEC. O cadastro único, portanto, é o banco de dados que foi criado ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso responsável por cadastrar e identificar famílias em situação de pobreza ou de pobreza extrema. Mas podem se inscrever no cadastro todos

aqueles que possuem renda per capita de um quarto do salário mínimo ou renda familiar de até 3 salários mínimos, pois o cadastro não permite acesso ao Bolsa Família apenas, mas a outros programas, tais quais: o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Telefone Popular, o Minha Casa Minha Vida, entre outros programas federais, estaduais e municipais.

Pelo cadastro único as informações familiares são cruzadas com diversos outros bancos de dados e registros nacionais, como o Sistema Informatizado de Benefícios da Caixa (SIBEC), o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), o registro de carteiras de trabalho, etc. onde todas as informações se cruzam com as Instâncias de Controle Social, que averiguam quaisquer eventuais irregularidades.

O cadastro único é, inclusive, uma das maneiras que o Governo Federal mantém o conhecimento – e o controle – sobre a população mais vulnerável no país. O Índice de Gestão Descentralizada, por exemplo, é um índice que mede a qualidade da cobertura municipal sobre sua população local. A partir deste índice, o Governo repassa verbas para os municípios que podem ser utilizadas para a aquisição de bens de consumo duráveis, portanto, aqueles bens utilizados na estruturação dos CRAS e da própria SMADS.

O Sistema de Benefícios da Caixa (SIBEC) é um sistema de consultas de benefícios. Segundo o gerente do Cadastro Único, trata-se de um sistema antigo, arcaico, que só funciona no navegador Internet Explorer e exige o desafio CAPTCHA – um teste de segurança que busca diferenciar seres humanos de robôs – algo que é horrível para os funcionários e usuários do programa, pois demora cerca de dois minutos para clicar e autenticar o acesso ao sistema. O SIBEC já passou por algumas alterações e recentemente a Caixa estudava novas configurações, mas por ora não há novidades.

O SIGPBF é um sistema mais amplo e complexo, que integra diversos módulos. Nele, há desde um diretório que o governo disponibiliza o download de arquivos para os gestores municipais, até a proteção de alguns benefícios via Sistema de Condicionalidades do Bolsa Família (SiCon). Por vezes, o Governo Federal envia e-mails informando sobre paralisações e verificações a serem feitas em uma cidade e solicitam que os gestores verifiquem no SIGPBF os arquivos que são disponibilizados justificando a fiscalização – normalmente através de planilhas extensas visualizáveis pelo Microsoft Excel. Este é, portanto, um canal de troca de dados entre o Ministério da Cidadania e a SMADS.

Um mundo desagregado?

Em julho de 2017, o Programa registrou seu maior corte de benefícios de um mês para o outro desde 2003: 543 mil beneficiários foram retirados do programa. Até 2016, o PBF contava com cerca de 13,9 milhões de famílias beneficiárias que, após este corte, foram reduzidas para 12,7 milhões. Isto aconteceu ainda depois de Michel Temer ter já cancelado 469 mil e bloqueado 667 mil benefícios ainda em 2016⁵ alegando irregularidades no programa.

Em 2018, a notícia de reajuste nos valores do PBF: um aumento de 5,67%. Segundo o governo, neste período, cerca de 13,7 milhões de famílias recebiam o benefício, mas antes do reajuste em maio de 2018, mais 392 mil famílias foram desligadas do programa. Este caracterizou o segundo maior corte da história da política, atrás apenas do outro corte promovido por Temer em julho 2017 – até então, o maior corte havia ocorrido em 2013, desligando cerca de 278 mil benefícios.⁶ Ainda em 2018, Temer planejava cortar 50% dos recursos destinados ao PBF, mas acabou voltando atrás após negociações no Congresso Nacional.⁷

Em 2019, porém, segundo irregularidades no cadastro de beneficiários, o governo de Jair Bolsonaro cortou cerca de 1,3 milhão de benefícios no ano todo alegando uma economia de R\$1,4 bilhão de reais – na época, eram atendidas 13,2 milhões de famílias.⁸ Em 2019, foram gastos os mais de 30 bilhões de reais com o programa, sendo a maior parte de sua transferência destinada aos estados do nordeste, seguida pelo sudeste, norte, sul e centro-oeste. Porém, segundo informações contidas no portal da transparência, os números caem para R\$0,00 em 2020 e 2021.⁹

Entretanto, de acordo com o Governo Federal, os gastos destinados ao PBF no ano de 2020 foram somados aos gastos do Auxílio Emergencial criado por conta da pandemia do novo coronavírus, somando cerca de R\$89,1 bilhões.¹⁰ Em 2021, embora o portal da transparência apresente zero reais investidos no PBF, outras fontes de informações apontam para o número de R\$26,5 bilhões destacando ainda que em 2022 este valor

⁵ <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/11/bolsa-familia-governo-temer-promove-o-maior-corte-da-historia/> acesso em 23 set. 2021.

⁶ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/05/01/antes-de-reajuste-anunciado-por-temer-governo-tira-392-mil-familias-do-bolsa-familia.htm> acesso em 23 set. 2021.

⁷ <https://cursoscnf.org.br/blog/post/temer-recua-de-corte-e-repoe-r-30-bi-para-o-bolsa-familia> acesso em 23 set. 2021.

⁸ <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/01/governo-federal-cancela-1-3-milhao-de-beneficios-do-bolsa-familia-em-2019-por-irregularidades> acesso em 23 set. 2021.

⁹ <https://www.portaltransparencia.gov.br/programas-e-acoas/programa-orcamentario/2019?ano=2019> acesso em 23 set. 2021.

¹⁰ <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2020/gastos-diretos/nota-imprensa-pbf> acesso em 23 set. 2021.

deverá dobrar de acordo com o presidente Bolsonaro e sua nova proposta de readequação do programa.¹¹

Com este cenário, o benefício atingiu em 2016 seu pior valor médio real de benefícios por família desde 2011 e, em 2020, este valor não foi mais animador: variou, mas desde 2015, quando atingiu seu maior valor médio real, o beneficiário perde seu poder de compra.¹²

Devido a situação da pandemia do novo coronavírus, a orientação da Administração da Prefeitura para as Gerências e Secretarias, foi dar prioridades para o atendimento à população – principalmente por telefone, devido ao distanciamento social. Por isso os anos de 2020 e 2021 foram e estão sendo diferentes dos anos anteriores. Em 2020, sobretudo nos meses iniciais da pandemia, os cadastros foram priorizados: o Cadastro Único para pessoas que estejam dentro do critério do Bolsa Família, que é a renda per capita de até R\$178; atualização do cadastro de beneficiários do BPC, caso haja alguma solicitação do INSS; entre outras situações pontuais.

Para as pessoas que solicitam descontos de energia elétrica – solicitação feita, também, através de inscrição no Cadastro Único – foram feitos os cadastros e atualizações de cadastros para as pessoas com prioridades, como por exemplo as que usam respirador, instalados pela prefeitura em alguns casos de doenças graves e é algo que gasta uma quantidade elevada de energia elétrica. Então nestes casos a SMADS fez toda a documentação na CPFL para buscar algum desconto para as famílias inscritas no Cadastro Único. Também foram atualizados/alterados cadastros que ainda passaram por alguma averiguação em março de 2020 – já as demais atualizações cadastrais como mudanças de endereço, mudanças na composição familiar etc. ficou para um outro momento, porque nos primeiros meses da quarentena o trabalho se deu através de agendamentos e com poucos funcionários à disposição: os cadastros eram feitos no máximo dois de cada vez, sendo que na mesma sala estavam presentes mais três cadastradores. Além das orientações sanitárias para o distanciamento social, alguns funcionários foram imediatamente afastados pela Prefeitura de Araraquara por se enquadrarem em populações de risco – idosos e pessoas com comorbidades, sobretudo.

¹¹ <https://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/bolsa-familia-mantera-gasto-anual-de-r-265-bi-em-2021-aponta-ifi/> acesso em 23 set. 2021.

¹² <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-comenta-os-cortes-no-bolsa-familia-e-o-aumento-da-extrema-pobreza-no-brasil> acesso em 23 set. 2021.

Os agendamentos foram todos feitos por telefone para não ter contato entre as pessoas. Essa foi a perspectiva orientadora no município durante os meses iniciais da pandemia, ao passo que a nível nacional quem estava recebendo o Auxílio Emergencial (AE) do Governo Federal e estava inscrito no Cadastro Único não poderia ter seu cadastro atualizado e nem alterado de qualquer maneira pelo tempo em que fosse beneficiário do mesmo Auxílio – mudança imputada através da portaria N°387/2020 . A princípio, foram três parcelas pagas pelo Auxílio Emergencial que, posteriormente, acabou sendo prorrogado para mais duas parcelas nos mesmos valores – entre R\$600 e R\$1.200 de acordo com a renda familiar. Este fato fez com que os cadastros ficaram inalterados durante todos estes meses de AE, fato que gerou instabilidade e angústias nos funcionários da SMADS pelo receio do acúmulo de alterações/atualizações que seriam feitas após este período.

O Auxílio Emergencial (AE) foi uma medida emergencial implementada pelo Governo Federal durante a pandemia do novo coronavírus – durando até meados de 2022. Seu objetivo é transferir renda para os trabalhadores informais, microempreendedores individuais, desempregados e autônomos visando aliviar a fome e as necessidades financeiras no período de calamidade pública. Todos que façam parte dos grupos citados e tenham mais de dezoito anos completos poderiam solicitar o AE, desde que suas rendas mensais per capita não ultrapassem R\$522,50 ou cuja renda familiar mensal totalize três salários mínimos, o equivalente a R\$3.135. As pessoas que já recebem outros benefícios federais – com exceção do PBF –, os que recebem seguro-desemprego e os que receberam benefícios tributáveis acima do teto de R\$28.559,70 em 2019 não puderam receber o AE durante 2020. O benefício também se limitou a duas pessoas por família.

Para poder receber o Auxílio, as pessoas inscritas no Cadastro Único – como os beneficiários do PBF – já receberiam automaticamente o AE. As que não estivessem com cadastro ativo, poderiam solicitar o auxílio pelo site ou aplicativo do próprio AE, disponibilizado pelo Governo Federal. Por este mesmo aplicativo, as pessoas poderiam conferir o status de sua solicitação do auxílio, verificar valores repassados e transferir ou sacar o dinheiro. Os valores repassados durante os meses de abril a setembro foram de R\$600 por cota, sendo que as mulheres mães de família que atendessem aos critérios

expostos, poderiam receber duas cotas – R\$1.200.¹³ O público que recebeu o benefício chegou a 68 milhões de brasileiros.¹⁴

Em setembro, após o término da quinta parcela do AE, o Governo Federal prorrogou por mais quatro meses o pagamento ao auxílio, mas não tendo como público-alvo exatamente as mesmas pessoas que receberam as cinco primeiras parcelas. Ou seja, aqueles que obtiveram vínculo empregatício adquirido após o recebimento do AE, aqueles que receberam benefícios sociais (como seguro desemprego) após recebimento do AE, os que possuíam renda familiar acima de três salários mínimos ou superior a meio salário mínimo per capita, os que estejam presos, os que receberam renda não tributável em 2019 acima de R\$40 mil, não poderiam mais receber esta nova extensão do AE. Além disso, os valores para as quatro novas parcelas foram reduzidos pela metade, sendo cada cota transferida no valor de R\$300.¹⁵

No início de 2021 o Auxílio Emergencial deixou de ser pago. Em março, porém, após a pressão da população e de deputados, a discussão sobre sua retomada retorna à pauta do Governo Federal e, a partir de abril de 2021, os benefícios devem voltar a ser repassados, com valores ainda menores que os do final de 2020, com cotas de R\$150, R\$250 e R\$375. O público-alvo de 2021 se reduz de 68 para 45,6 milhões de brasileiros, custando R\$44 bilhões aos cofres públicos contra os R\$294 bilhões repassados em 2020.¹⁶ Para esta redução no número de beneficiários, uma das condições para o recebimento do AE em 2021 é já tê-lo recebido em 2020 e, ainda assim, atender aos demais requisitos de renda ou trabalho informal/desemprego.

As pessoas que já estavam inscritas no Cadastro Único foram automaticamente selecionadas pelo Governo para receberem o AE – no dia 20 de março, eles foram selecionados diretamente do banco de dados do Cadastro Único e quem não possuía cadastro, teve a opção de se inscrever para o recebimento do AE via aplicativo do Governo Federal pela internet. O que estava no dia 20 de março no Cadastro Único permaneceu por todos os meses que se seguiram, portanto havia cadastros desatualizados e algumas pessoas não receberam o AE por isto. Este fato gerou desejos – motivados pela necessidade – de atualização cadastral por parte da população cujos cadastros estavam

¹³ <https://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX> Acesso em 26/03/2021.

¹⁴ <https://www.jornalcontabil.com.br/auxilio-emergencial-veja-quem-deve-receber-dia-4-5-ou-16-de-abril/> Acesso em 26/03/2021.

¹⁵ <https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio-extensao/Paginas/default.aspx> Acesso em 26/03/2021

¹⁶ <https://www.jornalcontabil.com.br/auxilio-emergencial-veja-quem-deve-receber-dia-4-5-ou-16-de-abril/>; <https://fdr.com.br/2021/03/24/novo-auxilio-emergencial-de-2021-inicia-pagamentos-ate-5-abril-quem-recebe/> Acesso em 26/03/2021.

desatualizados, mas nada mudou, os cadastros permaneceram sem possibilidade de alterações, pois todas as atualizações ficaram cessadas durante o período de pagamento do Auxílio Emergencial.

Em Araraquara, a maioria dos beneficiários do PBF passou a receber o AE. Pelos dados apontados pela SMADS, em torno de 90% dos beneficiários do PBF passaram a receber o AE – eram 5.157 recebendo o Bolsa Família e mais de 4.500 receberam o Auxílio Emergencial, dos que estavam inscritos no Cadastro Único. Os, aproximadamente, 10% dos beneficiários do PBF que não receberam o AE, não o receberam por conta de desatualizações no Cadastro. O Governo Federal fez algumas avaliações além do Cadastro Único – cruzando outros bancos de dados como INSS, CPTS, Imposto de Renda, etc. – e fizeram uma varredura em todos os sistemas disponíveis e, na constatação de alguma situação não muito bem esclarecida – além de dados desatualizados até 20 de março –, as pessoas deixaram de receber o AE. De acordo com a SMADS, algumas pessoas recorreram a esta decisão e conseguiram receber o benefício, mas não todas.

O único sistema acessível à SMADS foi o SIBEC, que continha as informações acerca do Bolsa Família e demais benefícios que passam pela gestão da Caixa. Neste, era visível se o PBF estava “suspenso”, o que significava que o beneficiário estava recebendo o Auxílio Emergencial. Outro dado que passou a ficar disponível no SIBEC foi a retirada de folhas de pagamentos do AE – neste item, os gestores puderam verificar qual o valor recebido por cada beneficiário do AE. Outro acesso que a SMADS teve durante o período foi o site do DataPrev, entretanto este é um acesso público para qualquer cidadão, fato que não influenciou no trabalho dos funcionários da SMADS.

Como neste mesmo período a área de “Manutenção de Benefícios” do SIBEC se manteve suspensa, a SMADS não pôde bloquear nem liberar benefícios que pudessem estar cancelados ou bloqueados antes de março – como poderiam antes da pandemia desde que os cancelamentos/bloqueios estivessem dentro de um limite de seis meses. Caso os benefícios estivessem bloqueados/cancelados há mais de seis meses – como já vimos – a SMADS poderia solicitar via SIGPBF para o Governo Federal liberar os benefícios municipais, mas essa também foi uma funcionalidade bloqueada para os gestores municipais durante a pandemia. O Governo Federal fechou a possibilidade de alterações e atualizações em cadastros entre março e dezembro de 2020, com exceção dos casos de beneficiários do BPC, que por transferirem quantias mais elevadas e se tratarem de pessoas com deficiência e idosos (que necessitam, muitas vezes, de remédios constantes

e caros) foram autorizados para preenchimentos e para atualizações durante o ano de 2020.

A equipe da Vigilância Socioassistencial da SMADS durante este mesmo período – de março de 2020 a março de 2021 – foi reduzida de onze funcionários para cinco: três atendentes/cadastradores, uma funcionária que recebe os cadastros feitos e os confere para assegurar que não há erros e o gerente do Cadastro Único.

Com tudo isso, o número de telefonemas recebidos pela SMADS foi quase quatro vezes maior que o normal (antes da pandemia). Com o desencontro de informações gerado pelo próprio Governo Federal, segundo o gerente do Cadastro Único, muitos boatos e rumores se espalharam pela cidade e resultavam em um contingente maior de ligações para a SMADS. O mesmo vale para as muitas incertezas que foram divulgadas pelos jornais locais: a cada nova informação publicada, às vezes uma mudança em um espaço de um dia, a nível local, ou não, qualquer informação que fosse divulgada e se mostrasse um pouco diferente do que estava acontecendo na prática, gerava mais cem, cento e cinquenta telefonemas diários para a SMADS. Em abril e maio os atendimentos telefônicos chegaram à marca dos 1.200 em cada mês, aproximadamente, e, em junho, chegaram a 999 – cerca de 80% destes telefonemas até junho eram relativos ao AE. Todos sendo atendidos por três pessoas. Além das inúmeras noites de insônia, essa situação chegou a levar o gerente do Cadastro Único para o hospital com uma crise pressão alta, com o diagnóstico de estresse.

Neste mesmo sentido, as condicionalidades do Bolsa Família foram, também, suspensas. Já que as escolas não teriam mais aulas presenciais, não haveria uma forma de computar as frequências de maneira íntegra, e o mesmo foi dito sobre a saúde. Portanto, as condicionalidades foram suspensas e as famílias que continuaram recebendo o PBF e não receberam o AE, não tiveram quaisquer efeitos em seu benefício. Nem mesmo as listas de averiguação e revisão, que são as que saem de cadastros vencidos e cadastros que estão com alguma irregularidade, foram publicadas e/ou divulgadas para os CRAS e a SMADS. A última lista de verificação a qual tiveram acesso, foi uma que saiu em fins de fevereiro e começo de março. E os cadastros que acabaram sendo bloqueados por irregularidades até este prazo – que constavam nesta lista – foram realmente bloqueados e não houve volta, nem outra chance para atualização e correção.

Essa lista tinha todo um cronograma de averiguação e, em setembro, estava programada uma lista que iria bloquear benefícios/cadastros irregulares em outubro, mas isso tudo foi suspenso após o início da pandemia e até dezembro todas as listas de

averiguação deixaram de ser produzidas – estas listas que eram produzidas com base em descumprimentos de condicionalidades, sendo que as de educação eram averiguadas bimestralmente e as de saúde, semestralmente, totalizando quatro listas anuais.

Algo que foi permitido durante a pandemia, uma novidade até então, foi o preenchimento dos Cadastros via telefone. Em situações anteriores, a responsável pela família deveria sempre estar presente e apresentar os documentos pessoais dos membros da família tanto quanto os documentos comprobatórios de renda, caso houvesse. No caso de trabalhos informais, temporários, dentre outros, o Cadastro é auto declaratório. A exceção permitida, porém, foi a realização de cadastros via telefone para “desafogar” o trabalho dos cadastradores municipais.

Em situações de recadastro, que é uma situação que a pessoa já possui um cadastro e só precisa atualizá-lo, os documentos já estão inseridos no sistema e, por telefone, a SMADS faz a confirmação dos dados familiares. Em situações como estas os atendimentos acabam sendo mais rápidos, pela inserção de uma quantidade menor de dados. Mas não há, também, um critério claro, orientações emitidas pelo Governo Federal que sugiram dar prioridades para tal ou qual caso. Por isso, a própria SMADS elegeu alguns casos mais urgentes conforme a demanda para fazer o cadastro ou recadastro por telefone. Em algumas situações, o contato foi dificultado, pois muitas pessoas não conseguiam compreender exatamente quais os documentos que estavam sendo solicitados ou acabavam confundindo alguns documentos entre si. Nestes casos, a SMADS orientou seus cadastradores a solicitar estas pessoas a irem até a secretaria para concluir o atendimento. Já os casos em que os cadastros foram concluídos à distância, o gerente manteve todos os Números de Identificação Social (NIS) gerados pelo Cadastro em uma planilha de Excel para que visitas sejam efetuadas assim que a vigilância sanitária permitir a circulação de pessoas novamente. Esta já é uma orientação do Governo Federal há muitos anos, que após um novo cadastro, assistentes sociais visitem as casas/famílias para averiguar suas situações socioeconômicas.

O que se manifestou com maior intensidade foi a busca pelo cadastramento em si. Muitas pessoas que não possuíam inscrição no Cadastro Único, buscaram a assistência social por perda de emprego formal – em Araraquara foram fechados cerca de 100 postos de trabalho até o início de 2021. Da mesma forma que muitos trabalhadores informais também tiveram suas rendas diminuídas e, em muitos casos, o número de famílias com “renda zero” ampliou mais que o normal (antes da pandemia). Tudo isso gerou uma procura grande por cadastramentos, que resultou, inclusive, no aumento significativo das

ligações para os telefones da SMADS. Também por isso, os gestores receiam que assim que os atendimentos presenciais voltarem, haverá um *boom* de preenchimentos além da capacidade de absorção da secretaria, afinal os casos que foram citados de preenchimentos que foram feitos por telefone foram alguns pontuais devido também ao fato de a equipe estar reduzida para além da metade. Isso sem contar as atualizações, que demandam um grande volume da SMADS desde sempre: a taxa de atualização no Brasil é de 77%, em Araraquara é de 83%, mas são 67% que necessitam atualizar a cada dois anos – como uma recomendação do próprio Ministério da Cidadania – número que chega a quase três mil famílias, sem contar os novos cadastros. Além disso, muitas procuras/ligações diárias acontecem por conta das demandas de inscrição no Renda Brasil, programa que sequer existia e sequer vai existir, como vimos, mas que gerou um fluxo de atendimentos muito maior que o normal.

Em 2021, o Bolsa Família continuou parado de certa forma. Ou seja, as condicionalidades continuaram suspensas já que escolas estão fechadas e os postos de saúde focam boa parte de suas atenções em atendimentos emergenciais e testes de COVID-19. Os sistemas SIBEC e SIGPBF também permanecem congelados, com exceção do Cadastro Único, que passou a ser preenchido com mais intensidade a partir de janeiro. As listas de averiguação em 2020 não existiram, o que não permitiu também alterações no Cadastro Único nem no SICON. Se houvesse um cadastro bloqueado por averiguação anterior ao Auxílio – abril/maio de 2020 – não era possível mais mexer, porque o sistema SIBEC da Caixa foi trancado para gestor nenhum do Brasil inteiro mexer em benefícios. O Governo havia garantido que ao começar o pagamento do Auxílio Emergencial, quem era beneficiário do Bolsa Família teria seu benefício substituído pelo Auxílio Emergencial e não haveria qualquer tipo de averiguação cadastral.

A partir de janeiro de 2021 os atendimentos e atualizações cadastrais foram permitidos novamente. Entretanto, estas atualizações não iriam afetar o pagamento de benefícios como o Bolsa. Por exemplo, o Bolsa Família é pago com benefícios variáveis de acordo com as diversas composições familiares – para crianças em idade escolar, gestantes, nutrízes, lactantes etc. Mas por conta da pandemia, os valores repassados se mantiveram e ainda se mantém inalterados até início de 2021: as atualizações foram autorizadas, algo que permite aos funcionários da SMADS retomarem seu trabalho com maior intensidade, mas isto não irá alterar em nada qual o valor do benefício recebido por cada família por enquanto – de acordo com a SMADS, só após o mês de março estas novas verificações seriam feitas a depender do caminhar da pandemia.

Mas estes novos cadastros e atualizações pendentes tiveram de ser feitos via telefone também, pois ainda em fevereiro o município de Araraquara adentrou em uma situação de distanciamento social ainda mais rígida devido à disseminação do coronavírus no município: o *lockdown*¹⁷. Com isso, sequer os supermercados poderiam receber clientes, o que fez com que os funcionários da SMADS também não pudessem mais fazer atendimentos agendados nem com distanciamento social e com limite de pessoas por dia. Por isso, os cadastros passaram a serem feitos exclusivamente por telefone durante quase quinze dias.

E aquelas pessoas que estavam então recebendo o Bolsa Família e passaram a receber o Auxílio Emergencial? Tiveram os benefícios somados ou algum prevaleceu sobre o outro? Suponhamos que uma pessoa recebesse R\$200 de Bolsa e, por sua renda e configuração familiar, ela fosse elegível para o recebimento do AE de R\$600. Ela receberia, portanto, R\$600 apenas, sem o acréscimo do PBF e no SIBEC, quando consultada seu extrato de pagamento pelo gestor, os valores aparecem discriminados da seguinte maneira: R\$200 pagos pelo Bolsa Família + R\$400 pagos pelo Auxílio Emergencial, totalizando os R\$600. Até mesmo famílias que recebiam, por exemplo, R\$580 de PBF, passaram a receber R\$600 com o AE. O Auxílio se tornava, portanto, uma complementação do PBF até atingir o valor máximo pago para famílias nesta situação socioeconômica.

O que mais se modificou neste período foi a quantidade de cadastros realizados por telefone, algo que não havia sido feito antes na cidade, e nem no país, de acordo com as orientações do Governo Federal. Os CRAS do município seguiam as mesmas orientações e faziam, também, cadastros via telefone e atendimentos pontuais quando necessário – e quando autorizado pelo poder público. Mas fato que também ampliou o volume de cadastros e atendimentos da SMADS foi o de que o CRAS do bairro Valle Verde deixou de fazer seus cadastros próprios, uma vez que o funcionário cadastrador deste bairro solicitou demissão da Prefeitura. Por isso, toda a demanda de cadastros desse bairro passou a ser feita também pela SMADS, e este CRAS atende um elevado contingente populacional do município: cerca de 12 a 13% da população inscrita no Cadastro Único municipal é atendida pelo Valle Verde.

E deste período de agendamentos feitos no início de 2021, cerca de 70% foram deste mesmo bairro, para suprir a demanda “atrasada” pela falta de funcionários. Além

¹⁷ <https://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/cidades/araraquara-sp-entra-em-lockdown-para-frear-disseminacao-de-covid-19> Acesso em 25 de março de 2021.

deste bairro que passou a ter seus cadastros feitos pela SMADS, outros três CRAS também tinham a mesma situação, os dos bairros Hortênsias, Parque São Paulo e Yolanda Ópice. No caso destes três bairros, os cadastradores foram afastados pelo poder público durante o período da pandemia por terem comorbidades, por isso, os cadastros passaram a ser feitos pela SMADS.

Cumprе salientar que, em Araraquara existem dez CRAS em 2021. O ideal é que cada CRAS atenda até cinco mil famílias. E estes CRAS prestam serviços à população tanto quanto a própria SMADS, às vezes até de maneira mais próxima por estarem georreferenciados – localizados dentro dos bairros mais vulneráveis. Portanto, quando estes CRAS atendem à população efetuando seus próprios cadastros, a SMADS consegue dar conta de suas próprias demandas – pois a secretaria também possui um público próprio, aquele dos bairros que não possuem CRAS –, mas quando os CRAS não conseguem fazer seus preenchimentos, o trabalho acaba se acumulando na SMADS.

Considerações finais

A pesquisa desenvolvida até o momento, amparada nos pressupostos teórico-metodológicos apresentados na introdução, nos permitem perceber o Bolsa Família de uma maneira ainda inédita. O mapeamento/cartografia aqui apresentado tem como base a Teoria do Ator-Rede de Bruno Latour e, por isso, o trabalho de campo consistiu em procurar encontrar as relações entre os atores envolvidos na política pública, bem como identificar novos atores que nos permitam atualizar a rede em questão, sem que se recorra a categorias explicativas extra-campo, mas permitindo que os atores se manifestem de maneira mais livre.

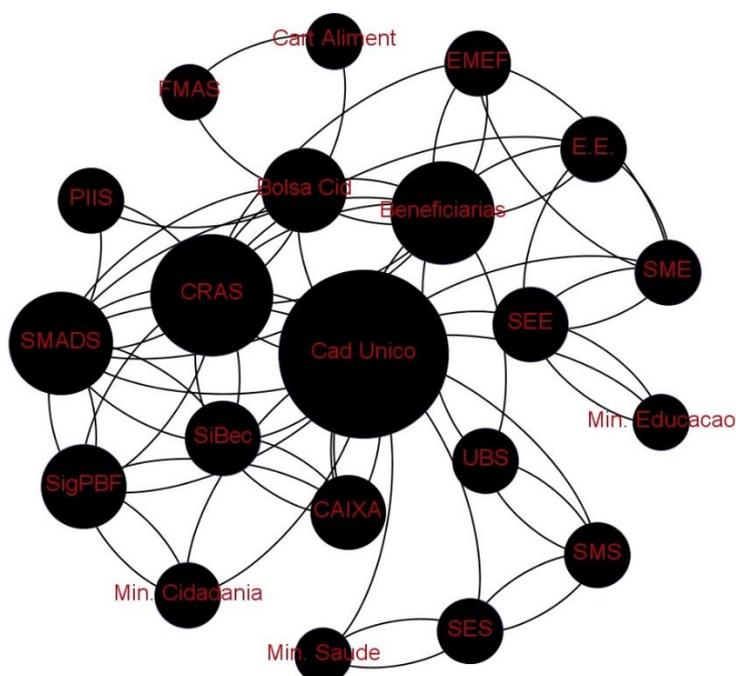
Este estudo encontrou alguns entraves devido a pandemia do coronavírus que implicou no fechamento de muitos CRAS e da SMADS, limitando a realização do trabalho de campo que, em contrapartida, foi feito remotamente, acompanhando algumas situações específicas que aconteceram no período, algumas notícias veiculadas em jornais e sites e, também, se baseou em entrevistas abertas, nas quais os principais interlocutores foram funcionários da SMADS que operam o PBF há alguns anos.

O coronavírus, embora aparente ser um problema à pesquisa, se constitui também enquanto um ator, nos termos de Latour (2012), afinal de contas ele possui agência e implicou transformações profundas nas sociedades do mundo todo de maneira geral. Com o PBF não foi diferente. Aqui pudemos percebermos quais alguns dos principais caminhos de realização da rede do PBF antes da pandemia e como o coronavírus acabou por gerar

congelamentos de algumas destas redes, tais como as próprias condicionalidades que acabaram sendo suspensas embora os benefícios continuaram a serem pagos. Não podemos pensar, entretanto, que este é um momento de temporária suspensão de algumas atividades e condicionalidades que serão retomadas assim que a pandemia for contida e, possivelmente, encerrada.

A principal questão que nos salta aos olhos é que este é um momento de reagregação, assim como quaisquer novidades que se inserem não agregados sociais (mônadas). O que será do PBF de agora em diante? Como ele se reagregará? Talvez esta seja a principal questão por hora para esta pesquisa – da qual este artigo se origina e que se encontra ainda em desenvolvimento. Que o programa, assim como outros agregados estão em constante movimento de transformação e atualização de atores, já sabemos (LATOUR, 2012). O que cumpre, portanto, é continuar o mapeamento até que o prazo de realização desta pesquisa se encerre. Assim, talvez, poderemos ter uma rede mais ampla, com mais atores e mais relações que podem ser ampliadas a cada novo estudo que se proponha a olhá-la através desta perspectiva, atualizando a rede que, por ora, se constitui como algo semelhante ao que se vê abaixo:

Mapa 1 – Mapeamento (cosmograma) da rede do Programa Bolsa Família



Autoria própria, 2021

Referências bibliográficas

ANJOS, J. C. G. Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas. In: LEITE, I. B. (Org.). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: NUER/ABA, pp. 89 – 112, 2005.

FLORIANO, Guilherme de Matos. **De “dentro” e de “fora” do Estado: um estudo sobre percepções e práticas do Bolsa Família**. Penápolis: Editora Sociologia, Política e Cidadania, 2020.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, fev. 2002.

LATOUR, Bruno. Gabriel Tarde and the end of the social. In: JOYCE, Patrick (Ed.). **The Social in Question. New Bearings in History and the Social Sciences**. Londres: Routledge, 2002, pp.117-132.

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). **Cadernos de Campo**, 14/15, pp. 339-352, 2006.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.

LATOUR, Bruno. Múltiplos e animados modos de existência: uma entrevista com Bruno Latour. **Revista de Antropologia**, 57(1), pp. 499-519, 2014.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

ROCHA, Sônia. **Transferências de Renda no Brasil: o fim da pobreza?** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

TARDE, Gabriel: **Monadologia e sociologia – e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TARDE, Gabriel. **As leis sociais: um esboço de sociologia**. Niterói: Editora da UFF, 2011.